



GOVERNAR PELO MERCADO: IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA SOBERANIA ALIMENTAR

Daniel Louzada Casteluber¹

Dione Albani da Silva²

RESUMO

O presente artigo se propõe, por intermédio de uma revisão bibliográfica, a realizar uma discussão sobre como a questão do abastecimento alimentar é uma questão central e ao mesmo tempo uma expressão da atuação de mecanismos liberais de governo que posteriormente é entendido como objeto dos efeitos do neoliberalismo conformando um regime alimentar compreendido como corporativista, porque, o controle e o poder que as corporações detém sobre a circulação e distribuição dos alimentos no mundo são sua expressão máxima, fazendo do alimento antes de qualquer valor de uso, uma mercadoria. Com base nas ideias de Michael Foucault e Krauser sobre as mudanças nas formas de governar, compreendemos o surgimento e o funcionamento dos mecanismos de segurança. O foco da problematização está centrado em relacionar o desenvolvimento das formas de governar e seus mecanismos, a partir da compreensão de Michel Foucault, com a sua correlação com os regimes alimentares expressando assim a centralidade dessa questão em cada período histórico e incitando o estudo desta problemática na atualidade.

Palavras-chave: neoliberalismo, fome, Foucault, desenvolvimento, regime alimentar.

RESUMEN

Este artículo propone, a través de una revisión bibliográfica, realizar una discusión sobre cómo el tema del abasto de alimentos es un tema central y al mismo tiempo una expresión de la actuación de los mecanismos liberales de gobierno que luego se entiende como objeto de los efectos. del neoliberalismo conformando un régimen alimentario entendido como corporativista, porque el control y poder que las corporaciones ejercen sobre la circulación y distribución de alimentos en el mundo son su máxima expresión, haciendo de los alimentos, antes que cualquier valor de uso, una mercancía. A partir de las ideas de Michael Foucault y Krauser sobre los cambios en las formas de gobernar, entendemos el surgimiento y funcionamiento de los mecanismos de seguridad. El foco de la problematización se centra en relacionar el desarrollo de las formas de gobernar y sus mecanismos, desde la comprensión de Michel Foucault, con su correlación con los regímenes alimentarios, expresando así la centralidad de este tema en cada período histórico y fomentando el estudio de esta. problema hoy en día.

Palabras clave: neoliberalismo, hambre, Foucault, desarrollo, dieta.

¹ Autor: Doutorando em Geografia, Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGG- UFES, danielcasteluber@yahoo.com.br;

²Co-autor: Mestrando em Geografia, Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo –PPGG-UFES, dionealbani@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A questão da fome no mundo não pode ser negligenciada pelas ciências, entre elas ocupa lugar de centralidade no debate das questões sociais e desenvolvimento. Buscar compreender o desafio imposto pela fome a milhões de pessoas por um viés singularizado e isolado é um erro fatídico a qualquer proposta de estudo científico que aborde o tema. A complexidade das relações humanas que levam ao fenômeno da “fome” necessita ser estudadas, analisadas e compreendidas dentro de suas dinâmicas na busca por práxis que minimizem os efeitos devastadores sobre àqueles que convivem com esse “fantasma que ronca os estômagos”. A geografia ou através dela se potencializa discussão do flagelo da fome a partir das desigualdades socioespaciais configurados no espaço e suas relações com a posse e uso da terra e inevitavelmente da produção, reprodução e distribuição de alimentos no espaço geográfico.

Os dados da Organização das Nações Unidas (ONU-Relatório sobre alimentação) demonstram que o mundo poderá apresentar mais de 132 milhões de pessoas convivendo com o problema da fome no ano de 2020. Para este relatório, a Pandemia³ tem colaborado para a intensificação das vulnerabilidades e inadequações do sistema de alimentação global representado pelo conjunto de atividades e processos vinculados a produção, distribuição e consumo de alimentos. O relatório ainda aponta que esses avanços já eram observados desde o ano de 2014, mas que no ano de 2019 foi identificado que cerca de 10% da população mundial passou a passar pela fome. Os

³O novo Coronavírus (COVID-19), assim declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30/01/2020 e caracterizada como pandemia em 11/03/2020 pela mesma instituição. Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. Fonte: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid> Acesso em :14jul. 2020.

³ COVID significa Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019. Fonte: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19#:~:text=COVID%20significa%20Corona%20Virus%20Disease,chin%C3%AAs%20no%20final%20de%20dezembro>. Acesso em 14 jul. 2020.



casos mais graves estão no continente Asiático (381 milhões de pessoas) seguido do Africano (250 milhões) e Americano-Latina e Caribe (48 milhões).⁴

Estabelecidas estas inquietações iniciais e analisando o contexto que o mundo está vivenciando, a Pandemia tem acentuado a fome no mundo⁵, voltando a ganhar destaque nas mídias e nos discursos políticos, visto que para a ONU o aumento da fome representa um sinal de alerta, piorando outros indicadores como a expectativa de vida e a mortalidade infantil, comprometendo o acordo entre os países membros de erradicar a fome até 2030.

Baseados no aporte teórico de Michel Foucault (2008) e Krauser (2019) entre outros, por meio de uma pesquisa bibliográfica buscou-se discutir a questão da governança pelo mercado e como essa questão política-econômica repercute na soberania alimentar no contexto do neoliberalismo, compreendendo em parte, como funciona os mecanismos de poder que envolvem as populações e as grandes corporações no negócio da comida e da alimentação e no desenvolvimento econômico e assim investigar como isso conforma os regimes alimentares numa escala global.

METODOLOGIA

Optou-se por utilizar a metodologia de revisão de literatura ou revisão bibliográfica para a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa. Portanto, nesse tipo de produção, o material coletado pelo levantamento bibliográfico é organizado por procedência, ou seja, fontes científicas (artigos, teses,

⁴Fonte: portal do Vaticano. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2020-07/fao-relatorio-fome-no-mundo.html>. Acesso em 23/09/2020.

⁵Em relatório recente, o Banco Mundial alertou que a pandemia de Coronavírus provocou a mais ampla turbulência econômica global desde pelo menos 1870 e ameaça desencadear um aumento dramático nos níveis de pobreza em todo o mundo o que potencializa o problema da fome. Trata-se do maior número de países entrando em recessão ao mesmo tempo em 150 anos. A organização estima que o PIB de 90% das 183 economias avaliadas caia em 2020, mais do que os 85% dos países que sofreram recessão durante a Grande Depressão da década de 1930. Fonte: Portal da BBC News. Coronavírus: pandemia pode jogar até 14 milhões de brasileiros na pobreza, diz estudo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53020785#:~:text=Em%20relat%C3%B3rio%20recente%2C%20o%20Banco,mesmo%20tempo%20em%20150%20anos>. Acessado em 02/20/2020.



dissertações) e fontes de divulgação de ideias (revistas, sites, vídeos etc.), e a partir de sua análise, permite ao pesquisador a elaboração de ensaios que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na discussão empreendida, no caso deste estudo, envolvendo a embaraços da governamentalidade para o mercado, correlacionando a fome, a soberania alimentar no contexto do neoliberalismo e o desenvolvimento econômico.

Portanto, a revisão da literatura tanto melhor será, quanto maior for a sua familiaridade com a temática a ser investigada, já que poderá suscitar problematizações que auxiliem na contextualização e na contribuição que o tema pode proporcionar e ainda auxiliar na seleção dos melhores estudos e pesquisas, “a serem utilizados, para efeito de comparação, na discussão dos resultados por ele obtidos” (MAZZOTTI e GERWANDSZNAJDER, 2000, p. 182).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender melhor o que são, como se gestaram, e como funcionam os dispositivos de segurança, Foucault(2008), nos dá o exemplo do tratamento dispensado a questão da escassez alimentar. Teremos duas formas para tratar esse problema em meados do século XVIII, a maneira mercantilista e a fisiocrata. O que propunha a maneira mercantilista? Limitar a circulação, limitar a exportação, limitar a estocagem, controlar com o poder do Estado a produção, porém, essas medidas acabavam por produzir a escassez, uma vez que refletia em menor ganho para os camponeses que por consequência direta, investiam menos na produção, que, ao menor sinal de intempéries climáticas reduzia a capacidade de abastecimento e a escassez alimentar se instaurava. De maneira diferente, os fisiocratas, por sua vez, vão defender medidas em sentido oposto a prática mercantilista, baseados no modelo inglês de fins do século XVII, propunham a liberdade de comércio e a livre circulação máxima possível de cereais, em escala global, fim das limitações legais às importações, exportações, estocagem etc., vemos operar aí uma “mutação das tecnologias de poder” que Foucault irá denominar dispositivos de segurança.

Entretanto, é provável que os fisiocratas não conseguiram prever o processo de desenvolvimentos dos grandes conglomerados que controlam o negócio da comida



numa escala global e que de certa forma colaboram com a problemática da questão alimentar.

Conforme Esteve (2017) as redes de grades transnacionais que envolvem a produção de alimentos no mundo atuam diretamente na instauração dos quadros, pois a fome não se trata meramente de causas naturais que desencadeiam de grandes catástrofes como secas e grandes enchentes, como muitas vezes tentam nos convencer. Temos que o complexo agroindustrial, quando consideramos as pequenas escalas (global), determinam como deve ser a produção de alimentos, as condições de produção e onde deve ser vendido. Essa rede de transnacionais é restrita a poucos conglomerados que ganham e nós, os consumidores, a maioria, perdemos em diversos aspectos.

Estes dispositivos de segurança são utilizados pelos governos como uma espécie de instrumento na governamentalidade, que permitem conceber a população como um foco de intervenção permanente. Assim, os dispositivos de segurança trabalham, fabricam, organizam, acondicionam um meio. O meio será então o âmbito no qual se dá a circulação, inclusive de alimentos (FOUCAULT, 2008).

“Analisar o fenômeno (escassez de alimentos) como ele é, nem bom nem ruim, ele é o que é. A partir dessa compreensão, os fisiocratas propõem um ‘dispositivo’ a partir da supressão das limitações legais (de importação, exportação, estocagem), que ‘conectando-se’ a própria realidade dessas oscilações, vai ativar de modo que, por uma série de conexões com outros elementos da realidade, esse fenômeno, sem de certo modo nada perder da sua realidade, sem ser impedido, se encontre pouco a pouco compensado, freado, finalmente limitado e, no último grau anulado. Em outras palavras, é um trabalho no próprio elemento dessa realidade que é a oscilação abundância/escassez, carestia/preço baixo, e apoiando-se nessa realidade, e não tentando impedir previamente, que um dispositivo vai ser instalado, um dispositivo que é precisamente, a meu ver, um dispositivo de segurança e não mais um sistema jurídico disciplinar” (FOUCAULT, 2008, p. 49).

A proposta fisiocrata pressupõe a liberdade comercial para um bom funcionamento da concorrência que por sua vez permitiria a regulação da oferta e da demanda e assim os preços e a garantia de fornecimento de alimentos. Porém, os fisiocratas não previram a formação dos monopólios, consequência dessa ampla liberdade dada ao mercado, os monopólios deformam a concorrência e os preços, algo evidente na questão alimentar até os dias atuais, repercutindo diretamente na soberania alimentar das populações.



Mas o que é importante salientar nesse momento de nossa análise, quando tentamos entender o surgimento dessa nova governamentalidade, são os dispositivos de segurança, pois eles estão reivindicando uma forma de governar oposta à prática do governo disciplinar que se pretende interventor em todos os setores. Qual a principal mudança aqui? É que o governo deve buscar, agora, se autolimitar, não deve pretender intervir em tudo, em todos os setores, “...Em que consiste essa transformação? [...] ela consiste na instauração de um princípio de limitação da arte de governar que não lhe seja extrínseco como era o direito no século XVII, [mas] que vai ser intrínseco a ela. Regulação interna da racionalidade governamental.” (FOUCAULT, 2008a, p. 14).

O que Foucault (2008a) está observando é o acontecimento que marca uma mudança fundamental na forma de governar. Essa necessidade de se autolimitar, essa inovação na arte de governar postulada pelos fisiocratas em meados do século XVIII vai se tornar para os governos o parâmetro para saber se estão sendo um governo hábil ou inábil, se ele está decidindo adequadamente entre as “agendas e não agendas” onde deve intervir e onde não deve intervir, como não governar demais. A inovação aqui, e tornamos a frisar, é que, essas limitações não são impostas ao governo, devem partir dele mesmo, devem ser seu objetivo geral. Desta forma o “governar demais” passa a ser inapropriado na concepção dos fisiocratas.

Não é mais dever da política estabelecer regras, limitar a ação dos homens, ela tem que agir em elementos da realidade, na física da realidade, em sua natureza, e deixar que ela se desenvolva. Esse princípio que deve reger a prática política está profundamente vinculado e nos ajuda a entender esse princípio geral da nova arte de governar que se denomina liberalismo. O “deixar passar, deixar fazer, deixar ir”, essa liberdade em seu sentido moderno é uma condição para a o funcionamento dos dispositivos de segurança, sem a qual não terão condições de agir. Note que as propostas dos fisiocratas para o enfrentamento da questão da escassez alimentar pressupõem uma liberdade comercial em escala global, de modo que a escassez sentida em determinado lugar possa ser suprida pela abundância em outro. Uma liberdade na circulação de pessoas e coisas, uma liberdade ideológica, uma técnica de governo.

Dito de outra forma, para os fisiocratas, existe a necessidade que os governos não interfiram na circulação de insumos utilizados na produção de alimentos, em



barreiras alfandegárias, em subsídios, na circulação de alimentos, entre outros relacionados a alimentação.

“A ideia de um governo dos homens que pensaria antes de mais nada e fundamentalmente na natureza das coisas, e não mais na natureza má dos homens, a ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos. Uma física do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de mais nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder, é em todo caso nesse sentido que podemos lê-lo.” (FOUCAULT, 2008a, p. 64).

O liberalismo é a expressão política do “*deixai-nos fazer*” é a verdade econômica geral, princípio essencial que todo governo deve seguir em matéria econômica e princípio da autolimitação da razão governamental, novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer eu aceito, eu quero, eu planejo. É a aceitação da necessidade de alguma limitação interna ao governo e é uma prática que consiste em encontrar o nível dessa limitação e como calcular os efeitos dessa limitação. O liberalismo se tornou a busca de como ao máximo deve-se limitar as formas e os domínios de ação do governo. O liberalismo também é a organização dos métodos que vão agir para limitar a ação do governo, assim vão nascer constituições liberais, parlamentos liberais, opiniões liberais, imprensa liberal entre outras. É uma das formas da governamentalidade moderna.

A suposta autorregulação da economia e da sociedade a partir do livre funcionamento do mercado e de seu elemento central para a regulação dos preços, a concorrência, se demonstrou limitada, uma vez que a ausência de regulação do mercado pelo Estado levou à formação dos monopólios, prática econômica totalmente contrária ao que o desenvolvimento natural do mercado deveria desencadear. É importante frisar também que o livre funcionamento dos mercados como pretendiam os governos das potências liberais eram favoráveis a elas próprias, pois, em nível muito mais avançado em industrialização, seria muito mais difícil para outros países competir em igualdade, ocupando perpetuamente seus lugares de fornecedores de matérias primas na divisão internacional do trabalho. O que desejamos chamar a atenção aqui é, a teoria liberal produzida nos países dominantes do comércio internacional se não são concebidas para atender os interesses desses países, são moldadas na sua aplicação para tal.



Não buscando resolver os problemas da manutenção da desigualdade do nível de desenvolvimento dos países, mas na perspectiva de uma resposta para as crises do liberalismo, é que um conjunto de intelectuais da Comissão Internacional para Renovação do Liberalismo – CIERL no colóquio Walter Lippman de 1938 em Paris reunindo os países centrais dos “novos liberais” ou “neoliberais”, chegaram à conclusão da necessidade de um liberalismo de novo tipo, um liberalismo positivo, que em duas questões principais divergia do liberalismo clássico, na questão da naturalidade do mercado e na não intervenção do Estado. Os teóricos neoliberais ao propor a teoria da concorrência pura, da concorrência não como algo natural, mas passível de inteligibilidade e elaboração de leis gerais, portanto, passível de manipulação, identificaram um dos meios pelos quais o Estado deveria intervir.

Nesta perspectiva, o governo nesse liberalismo positivo, é um governo ativo, vigilante, intervencionista e é na natureza dessas intervenções que vamos compreender o que há de específico na política neoliberal. Foucault, (2008b), propõe que a questão agora não é mais onde intervir e onde não intervir, mas sim como intervir “O problema é saber como mexer. É o problema da maneira de fazer, é o problema digamos, do estilo governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 184) esse novo estilo governamental viria a ser mais tarde designado como neoliberalismo.

Portanto, o neoliberalismo – também o keynesianismo em outra perspectiva intervencionista – é uma das respostas à uma crise de governamentalidade liberal, uma crise ampla onde todas as formas de poder estão sendo questionadas no pós segunda grande guerra mundial.

O neoliberalismo é um governo sociológico em que se governa para o mercado e não por causa do mercado, pois, o mercado é a fonte de bem-estar é onde se funda a soberania, princípio, objetivo e forma do Estado. O mercado é filtro de avaliação do governo e meio de gestão da massa populacional, uma vez que é guia do indivíduo – que deve ser o empresário de si mesmo – e assim torna-se meio de gestão da massa populacional. Esse mercado não é natural, ele é produto de um quadro e efeito de uma política em que as instituições judiciárias adquirem função de superestrutura ao conformar o capitalismo em uma moldura para permitir o máximo de concorrência.



O exemplo do abastecimento alimentar usado por Foucault (2008a) é esclarecedor de como esses princípios do liberalismo e a posteriori do neoliberalismo atuam sobre questões elementares de nossa sociedade. No intuito de dar seguimento há essa linha de raciocínio numa perspectiva mais atualizada nos debruçamos em ampla pesquisa bibliográfica que nos levou até Krauser(2019), que, ao debater a mercantilização dos alimentos e o abastecimento alimentar na atualidade brasileira apontou a existência de três principais formas históricas de abastecimento alimentar, a saber: regime alimentar imperial colonial; o regime alimentar intensivo norte-americano, e o regime alimentar corporativo, contemporâneo da ascensão do neoliberalismo,(KRAUSER, 2019).

Para Foucault (2008a), a partir do livre comércio proposto pelos fisiocratas, um mercado mundial é conformado, é isso que eles preconizam para o combate ao fenômeno da escassez alimentar. Esse livre comércio vai produzir, em um primeiro momento, um modo de abastecimento alimentar compreendido com o regime alimentar imperial colonial, que colaborou para a consolidação da divisão internacional do trabalho e a partir desse livre comércio, onde o papel das colônias é a produção de alimentos baratos e o das metrópoles, principalmente da Inglaterra, cabe a produção de manufaturados.

Isto posto, existia a impossibilidade da Inglaterra alcançar sua especialização como produtora de manufaturados, como “oficina do mundo” se não fosse a possibilidade de comprar alimentos baratos das regiões do planeta que a ela estavam subordinadas. Essa primeira fase de florescimento do capitalismo está fortemente embasada no livre comércio proposto pelos fisiocratas para o enfrentamento da questão da escassez alimentar, sem ele não seria possível atender as demandas cada vez maiores de uma população que, expropriada dos meios de produção se tornavam trabalhadores livres vendendo sua força de trabalho. Os alimentos advindos das colônias das regiões destinadas a essas finalidades, impedidas de se industrializar vão suprir essa necessidade desses países que se tornaram o centro do capitalismo (KRAUSER, 2019).

O que vemos é a necessidade de um sistema de abastecimento como consequência da especialização do trabalho promovida pelo capital em sua fase comercial e industrial.



Com o surgimento das manufaturas, das cidades, da especialização da produção e da divisão social do trabalho promovidas pelo capital através do processo de separação da força de trabalho dos meios de produção, tornando-a livre e intercambiada no mercado, surge a necessidade do desenvolvimento da produção de alimentos para a população não-agrícola e de um complexo de mecanismos que façam chegar esta produção aos consumidores. (KRAUSER, 2019, p.59).

As diversas crises provocadas pelo livre mercado e concorrência dentre elas a desvalorização dos produtos agrícolas na Europa abarrotada de produtos baratos vindo do exterior provocou mudanças no “regime de acumulação capitalista e no regime alimentar”. Vemos a mudança do capital de livre concorrência para o capitalismo monopolista e a transição para o regime alimentar intensivo norte americano. Os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, se beneficiavam da instrumentalização dos alimentos para enfrentar o avanço do socialismo, distribuindo alimentos para a Europa e outros países produzidos em seu território com subsídios governamentais. Para tal fim, os EUA desenvolveram um modelo de produção agrícola agroindustrial, como apoio do governo, combinando “sobras” da guerra (nitrogênio usado para produzir bombas) para a produção de fertilizantes e pesticidas (como é o caso do agente laranja que se tornou um dos herbicidas mais comercializados no mundo) (KRAUSER, 2019, p.67).

Sob o pretexto de uma campanha mundial “freedomfromhunger” (“livres da fome” em tradução livre) eles venderam seu pacote tecnológico para o mundo, principalmente aos países periféricos, é o que ficou conhecido como “Revolução Verde”⁶ que consistia em serviços de extensão rural para difundir o uso de adubos sintéticos, pesticidas e sementes híbridas e mais tarde geneticamente modificadas.

No plano teórico temos o embate de duas ideias: de um lado Josué de Castro, em Geografia da Fome ([1946], 2012), defendendo que esse fenômeno (a fome) era uma consequência da forma de organização da produção sob os moldes capitalistas, de outro

⁶ Segundo Bianchini e Medaets (2013), foi no final do século XIX e início do XX, devido ao desenvolvimento da agricultura nos EUA, pautado no processo intensivo de colonização e na visão da agricultura como negócio, que o plantio em monocultura foi instituído e implantado em diversos lugares do mundo, principalmente em países compreendidos como em “desenvolvimento”. De acordo com estes autores, os países considerados “subdesenvolvidos” foram contemplados com políticas agrícolas oriundas dos EUA e Europa. Essas políticas foram parte do movimento denominado de Revolução Verde. Os conhecimentos, as técnicas e as tecnologias desenvolvidas entre eles a manipulação genética e agroquímicos, colaboraram para o cultivo de inúmeros alimentos, de forma mais independente das condições climáticas e do espaço local.



temos a tese norte americana de que a fome seria consequência da “...insuficiência produtiva das lavouras” cultivadas com técnicas atrasadas (CASTRO, 2012).

Segundo Krauser, (2019), na verdade a campanha de doação de alimentos baratos no bojo do enfrentamento do problema da fome serviu como forma de subsídio dos Estados Unidos aos capitalistas dos países do Terceiro Mundo, com a oferta de alimentos a baixo custo o que por sua vez implicava no custo da mão de obra. Em contrapartida, essas nações importaram as tecnologias de produção intensiva que eram compreendidas então no bojo da Revolução Verde.

Podemos afirmar que se produziu uma nova agricultura vinculada a novos hábitos alimentares que suplantou as culturas alimentares locais assim como todas as estruturas para a sua produção, fomentando uma dependência dos países do terceiro mundo do comércio global para seu abastecimento. Essa realidade reforça os laços de dependência e subordinação dos países periféricos com os países centrais do capitalismo que detém uma maior capacidade produtiva do trabalho, (dado o avanço tecnológico que esses países centrais dispõem). Assim eles conseguem dispor no mercado um produto mais barato que é vendido pelo preço de mercado, o que garante a esses países um ganho maior do que os outros países que não gozam de tal avanço tecnológico, que não alcançam aquela produtividade do trabalho. Essa é a forma como os países centrais mantém as trocas desiguais e a dependência dentro de um mesmo setor. Quando se trata de setores diferentes, a situação de subordinação é ainda mais gritante, nesse caso, com os produtos com agregação tecnológica que os países periféricos tem maior dificuldade de produzir ou nem sequer produzem.

O neoliberalismo, segundo esse autor, caracteriza-se na sua fase atual, pela defesa das regras de mercado, liberalização da economia e atuação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial – BM. Estas instituições passam a determinar, após a crise de endividamento dos países do hemisfério Sul, as políticas econômicas dos mesmos, impondo uma agenda de liberalização da economia que abriu as portas desses países para as grandes corporações que não raras vezes dispõe de receita de capital maior do que muitos desses países. Como resultado disso tudo temos essas empresas



determinando as políticas de abastecimento, e setores privados limitando as ações governamentais.

Um pacto neoliberal representado na aliança entre o Estado e a máquina financeira retira dinheiro dos pobres do terceiro mundo e manda para o norte, pois, ao financiar a industrialização de acordo com seus interesses e endividar os países periféricos impõe sobre eles, por meio dos organismos internacionais já citados, um conjunto de políticas de austeridade, ao passo que receitam a exportação de produtos primários (e todas as consequências internas para esses países) como forma de pagar a dívida. Assim, compram alimentos baratos desses países. A atuação dessas empresas e seu poderio econômico, coloca os mercados acima dos Estados, permitindo às mesmas de estabelecer o monopólio sobre os estoques alimentícios do mundo, produzindo dependência alimentar em detrimento das políticas agroalimentares nacionais. Todo esse poder só é possível por conta de uma realidade já conhecida, os monopólios, consequência, principalmente da ação dos governos e transnacionais dos países centrais do capitalismo.

A agricultura no hemisfério norte é subsidiada por seus governos e produz, portanto, um alimento com um valor comercial mais competitivo no mercado internacional. Ao passo que, nos países do hemisfério sul temos a agenda neoliberal sendo implantada, colaborando com a dificuldade do Estado em adotar políticas agroalimentares e de defesa dos agricultores dos quais muitos vão a falência, deixando esses países em situação de grande vulnerabilidade alimentar evidentemente colocando em risco sua soberania alimentar. Como consequência vemos os países periféricos dependentes do mercado global para o seu abastecimento alimentar destinando boa parte de suas receitas para a importação de alimentos.

O monopólio dessas grandes empresas atua principalmente na circulação e distribuição dos alimentos, pois é aí que ele consegue se apropriar dos incentivos dados pelos governos por meio do subsídio levando esses alimentos até os países periféricos em situação de dependência e insegurança alimentar. O que vemos é de um lado milhares de produtores e consumidores e do outro na determinação dos preços e circulação dos alimentos uns poucos (ESTEVE, 2017).



Krause(2019), chega à conclusão em seu trabalho que a fome como fenômeno faz parte da dinâmica do capital, que ao mesmo tempo desenvolve a produção e limita o acesso, principalmente pela dominância do lucro e para acumulação ampliada de capital. O que evidencia isso é o fato de que embora a fome seja uma realidade vivenciada antes da gênese do capitalismo como modo de produção, o mesmo com toda evolução na capacidade produtiva dos meios de produção que proporcionou, não logrou êxito em extingui-la.

“Isto ocorre em função da lógica inerente de desenvolvimento capitalista, ou seja, as leis gerais do capital impedem que se supere a fome e suas expressões, pois a fome, a esta altura do desenvolvimento capitalista, não é uma questão de técnica produtiva ou escassez de alimentos como fora outrora, mas é uma questão da dinâmica do capital, que desenvolve a produção, mas limita o acesso pela dominância do lucro, da acumulação ampliada de capital. Assim suposto a fome não seria falta de capitalismo, de tecnologia ou de produção suficiente[...] (RISTOW KRAUSER, 2019, p. 20).

Logo, se faz necessário entender que a produção e circulação de alimentos está subordinada as relações capitalistas de produção, que sob a perspectiva neoliberal conformou um sistema de abastecimento alimentar corporativo (KRAUSER, 2019).

Para Maluf (2000) a questão alimentar faz parte da condição primária humana de existência, pois se alimentar representa um direito humano básico sendo que através da observação das características socioeconômicas marcantes de uma sociedade, com é o caso de seu sistema alimentar, a questão alimentar tende a estar no centro das ações e das políticas públicas, então o combate à fome e a insegurança alimentar representa um componente fundamental para os processos de desenvolvimento dos países com vistas a equidade social.

Fundamentado nas ideias de (Hirschman, 1971) e (Furtado, 1985) Maluf (2000) chama a atenção para a necessidade de ser repensar de forma permanente os atributos da noção e sentido de desenvolvimento econômico, em consideração ao fato que a história do desenvolvimento dos países latino-americanos é extremamente marcada por grandes desigualdades e carências, que no primeiro momento, são injustificáveis. Assim, é preponderante discutir a questão da fome e da segurança alimentar, repensar as diretrizes das políticas desenvolvimentistas que predominaram por muitas décadas na América Latina, impregnadas da ideia de que “mais crescimento econômico” significa necessariamente que todos são beneficiados, mesmo acompanhado de medidas compensatórias as mazelas sociais. É errônea o pensamento da teoria econômica geral



sobre o “efeito gotejamento”, visto que os modelos de desenvolvimento até então adotados, geram benefícios a todas camadas da população, a visão desta teoria é catastrófica para regiões que são marcadas em vários aspectos pelas desigualdades, sejam estas políticas, econômicas, culturais e geográficas.

Por muitos anos a noção de Desenvolvimento era sinônimo de industrialização, onde esta seria o principal instrumento de modernização das sociedades e promotora de transformações sociais, introdução de novas técnicas e conseqüentemente traria a melhoria do estado de bem estar social, inclusive resolveria a questão da pobreza e da fome.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O abastecimento alimentar, portanto, não deve ser considerado uma atividade marginal na dinâmica de reprodução do modo de produção capitalista, ele é central, pois o alimento é ao mesmo tempo um insumo biopolítico e uma mercadoria. É insumo porque é indispensável a manutenção e reprodução da força de trabalho e na conformação de seu valor; é uma mercadoria que tem na sua produção e circulação meios para reprodução ampliada do capital.

Entendemos que a proposta política e econômica neoliberal na prática, torna impossível seus objetivos de desenvolvimento dos Estados e estabelecimento de uma concorrência justa entre eles o que levaria a um bom funcionamento da economia, uma vez que, esses Estados se integram-se nessa economia global em níveis diferentes de desenvolvimento e a aceitação de seus princípios implicavam a manutenção dessa condição. A análise da questão do abastecimento alimentar indica os nefastos efeitos da política neoliberal em uma questão tão elementar que reside na garantia de alimento a todos.

O abastecimento alimentar sob o neoliberalismo está controlado pelas grandes corporações conformando um sistema alimentar corporativo, que faz do alimento uma mercadoria comercializada no mercado global e controla sua distribuição, considerando não a necessidade de abastecimento das nações, mas sim uma forma de continuar reproduzindo o capital. Sendo uma mercadoria, um capital investido, não temos



estoques de segurança dos alimentos, pois a estocagem significa a paralisação do capital. A realidade que expomos aqui é uma das facetas dessa globalização perversa, (SANTOS, 2001), produzida pelo desenvolvimento do capitalismo. Compreender essa realidade é um dos passos fundamentais para superá-la.

Como consequência desse modelo de abastecimento neoliberal corporativista temos: a fome como realidade que aflige milhares de pessoas no mundo mesmo com todo o avanço técnico e tecnológico que vivenciamos; a soberania/segurança alimentar está ameaçada sobretudo naquelas nações da periferia do capitalismo; as culturas alimentares locais estão amedrontadas, substituídas por uma dieta homogeneizada mundialmente para facilitar a produção, circulação e distribuição de um padrão alimentar propagado por campanhas midiáticas aliados aos interesses das corporações alimentares; um modelo de agricultura alheio aos interesses das populações dos países subdesenvolvidos imposto à esses países por sua necessidade crescente de exportar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nessa etapa de nossa reflexão a partir das contribuições de Foucault, o que nos é evidente é a necessidade de aprofundar mais na compreensão e no domínio de seu método de interpretação da realidade. O vigor de sua análise e as possibilidades de um olhar mais acertado sobre o meio em que vivemos é instigante. Ele nos alerta da necessidade de compreender como o capitalismo tem se reinventado e se mantido hegemônico condicionando as nossas vidas, entre outros âmbitos, entorno da necessidade vital humana que é a alimentação.

Entendemos que a proposta política e econômica neoliberal na prática, torna impossível seus supostos objetivos de desenvolvimento dos Estados e estabelecimento de uma concorrência justa entre eles o que levaria a um bom funcionamento da economia, uma vez que, esses Estados se integram nessa economia global em níveis diferentes de desenvolvimento econômico e a aceitação de seus princípios implicavam a manutenção dessa condição.

A análise da questão do abastecimento alimentar neste artigo indica os perniciosos efeitos da política neoliberal em uma questão tão elementar que é a garantia



de alimento a todos. Nossa análise culmina na percepção de que no capitalismo e ainda mais em sua faceta neoliberal, o valor de uso dos alimentos e seu papel na garantia de uma vida saudável e digna para todos é uma questão marginal, sobretudo se consideramos os padrões de acesso ao alimento nos países subdesenvolvidos.

O que está no centro, o que é importante, é sua conformação como mercadoria e seu papel para produzir mais acumulação de capital, nosso esforço aqui foi de buscar discutir esses mecanismos em sua complexidade e torná-los inteligíveis por meio da reflexão, buscando caminhos que apontam estratégias para alcançar a soberania alimentar nos países mais pobres.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, V. & MEDAETS, J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia**: Plano Brasil Agroecológico. Brasília: MDA, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 12. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação? Expressão popular, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (PDF)

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (PDF)

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2020. (PDF).

KRAUSER, Raul Ristow. **A Mercantilização dos Alimentos e a Acumulação Ampliada de Capital**: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MALUF, R. S. (2000), **Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 53-86.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

MAZZOTTI, Alda J. Alves; GEWANDSZNAJDWER, Fernando. Revisão da bibliografia. In: **O Método nas Ciências Naturais e sociais: pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** do pensamento único a consciência universal. 6ª edição. Record: São Paulo, 2001.

SCHUURMAN, F.J. “**Introduction: developmenttheory in the 1990s**”. In F.J. Shuurman (ed.). **Beyondthe Impasse: new directions in developmenttheory**. London: Zed Books, 1993.